

## **CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DA PRISÃO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DAS MULHERES ENCARCERADAS NA PENITENCIÁRIA FEMININA DO ESTADO DE RONDÔNIA <sup>1</sup>**

Hellen Virginia da Silva Alves <sup>2</sup>  
Marizete Albino Marta <sup>3</sup>  
Ádria Fabíola Pinheiro de Sousa <sup>4</sup>  
Maria das Graças Silva Nascimento e Silva <sup>5</sup>

### **1. INTRODUÇÃO**

As características e limitações do sistema penitenciário são objeto de discussões desde o final do século XVIII. Foucault (2012) concluiu que a prisão não cumpre a função ressocializadora, sendo incapaz de reintegrar os indivíduos à sociedade. Diversos países, incluindo o Brasil, adotam o modelo ressocializador/reintegrador em suas legislações de execução penal (BRASIL, LEI DE EXECUÇÕES PENAIS, art. 1o). Contudo, para que a ressocialização seja oportunizada, deve haver ações destinadas à educação e a profissionalização da população carcerária, porém, nem sempre o sistema penitenciário se mostra eficaz quanto ao atendimento dos princípios constitucionais que devem ser garantidos às pessoas encarceradas. Tal ineficácia reflete na organização espacial dos presídios e também influencia no tipo e qualidade das relações estabelecidas.

Para Foucault (2012), a ideologia de ressocialização, seguida da criação do sistema prisional e da pena privativa de liberdade possui uma relação direta com o interesse em mecanizar os corpos através do encarceramento para o trabalho

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no XVII Encontro Nacional de Geógrafos elaborado a partir de resultado preliminar de pesquisa de dissertação.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisadora bolsista CAPES do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero. Email: hellenalves\_pvh@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisadora bolsista CAPES do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero. Email: marizete.marta@gmail.com.

<sup>4</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisadora bolsista CAPES do Grupo de Pesquisa Modos de Vida e Culturas Amazônicas e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero Email: fabyolasousa@gmail.com.

<sup>5</sup> Doutora em Ciências Sócio Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará, mestra em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Professora Associada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero Email: gracinhageo@hotmail.com.

disciplinado nas fábricas. De acordo com Madeira (2005), ressocializar significa, então, disciplina, trabalho e obediência à hierarquia das relações de poder.

Ao pensar no sistema carcerário para mulheres, evidencia-se um grande desafio: pensar em estratégias para a redução das desigualdades de gênero e a superação das diferenças que contribuem para a ineficácia do sistema (INFOPEN MULHERES, 2014).

A matriz histórica do patriarcado, que possui como características nucleares a dominação e exploração das mulheres pelos homens a partir de um ciclo vicioso, fundamentado no medo (SAFFIOTI, 2004) contribui para que sejam perpetuadas as diferenças em relação às condições físicas, relações estabelecidas e oportunidades (seja de estudo ou de trabalho) para mulheres e homens encarcerados.

O Brasil possui uma população de aproximadamente 579.7811 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. O crescimento da população feminina encarcerada tornou-se um fator preocupante, pois no período de 2000 a 2014 houve um aumento de 567,4%, desta população, enquanto que o crescimento da população masculina, em situação de cárcere, aumentou 220,20% no mesmo período (INFOPEN MULHERES, 2014).

O perfil nacional das mulheres encarceradas aponta para uma mulher jovem, com filhos, com baixa escolaridade, originária de classe social baixa (desfavorecida economicamente) e que antes do cárcere exercia atividade profissional sem vínculo formal, mas, ainda nessas condições, é a principal responsável pelo sustento de sua família. O perfil também revela que 68% dessas mulheres cumpre pena por envolvimento com o tráfico de drogas, porém sem vínculo às redes de organizações criminosas (INFOPEN MULHERES, 2014).

Dessa forma, podemos concluir que estas mulheres atuavam como “ajudadoras” de terceiros nas atividades do tráfico, realizando atividades como transporte de drogas e comércio. O estereótipo da mulher como a “ajudadora” do homem, seja do pai ou do marido (NASCIMENTO SILVA, SILVA, 2014) parece também encontrar espaço nas atividades ilícitas.

Considerando que as mulheres encarceradas possuem perfil diferenciado em relação aos homens encarcerados, no que refere-se às relações estabelecidas com os familiares e com as companheiras da prisão, conclui-se que as demandas destas mulheres possuem especificidades que geralmente relacionam-se à traumas consequentes de violência familiar, maternidade, nacionalidade, perda financeira, uso de drogas, entre outros fatores (INFOPEN MULHERES, 2014).

Por diversos fatores, que nem sempre estão explícitos, apesar de serem facilmente percebidos, como a ordem patriarcal ou até mesmo a história e expressividade da população masculina encarcerada, o sistema penitenciário brasileiro é percebido como um espaço projetado por homens e para homens (FOUCAULT, 2012) e que pouco contribui para a ressocialização, uma vez que exerce melhor a função de punir e controlar do que a de socializar (FOUCAULT, 1997), situação que contribui para a invisibilização das mulheres encarceradas. Tal fato pode ser constatado pela existência de espaços prisionais que abrigam mulheres, sem, contudo ter sido projetado para elas (sem espaços adequados para a realização das atividades maternas, sem local adequado para receber crianças durante os dias de visita, sem atividades laborais que possam empoderar as mulheres, ausência de dados específicos e regionalizados sobre as demandas das mulheres encarceradas etc.).

Há uma deficiência grande de dados e indicadores sobre o perfil de mulheres em privação de liberdade nos bancos de dados oficiais dos governos, o que contribui para a invisibilidade das necessidades dessas pessoas (INFOPEN MULHERES, 2014).

Nesta perspectiva, urge a necessidade de se fomentar estudos científicos sobre este universo. A sociedade e o Estado precisam conhecer as características e necessidades das mulheres encarceradas para atuar, seja através da criação e execução de políticas públicas direcionadas à esta população que se fundamentem nos conceitos de gênero e empoderamento feminino, seja através do planejamento, construção e adequação dos espaços prisionais e, principalmente, através de ações que reduzam as desigualdades de estadia e oportunidade para a vida pós-cárcere para homens e mulheres.

## **2. OBJETIVOS**

O objetivo principal da pesquisa é investigar e analisar o espaço ocupado pelas mulheres encarceradas a partir das relações de gênero.

Outros objetivos permearam a pesquisa, como apresentar o perfil socioeconômico das mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina de Rondônia – PENFEM, analisar a percepção das mulheres em relação às possíveis diferenças entre o espaço e as oportunidades destinadas às mulheres e homens presos, conhecer a trajetória de vida das mulheres antes do cárcere, conhecer os motivos que levaram à prisão e investigar a existência de relação com as questões de gênero e, finalmente, identificar as expectativas em relação à vida pessoal e profissional após o cárcere.

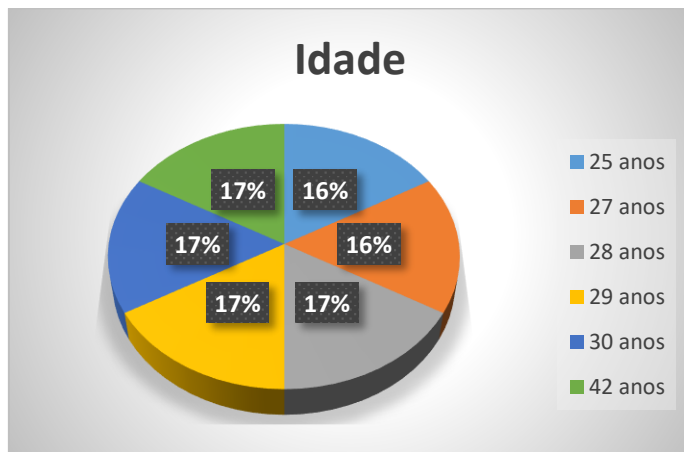
## **3. METODOLOGIAS**

Utilizou-se o método fenomenológico-hermenêutico, que é pautado na racionalidade do processo e interação de todos os elementos da realidade (SPÓSITO, 2003). A relação entre a pesquisa qualitativa e os estudos das relações de gênero se baseia na visão de mundo do sujeito e nas suas significações e interações, principalmente quando se trata de grupos marginalizados ou excluídos (NASCIMENTO SILVA, SILVA, 2014). Os procedimentos metodológicos adotados foram pesquisa documental, bibliográfica, observação participativa, entrevistas e aplicação de questionários, em etapas posteriores da pesquisa houve a construção de mapas mentais com as temáticas “De onde vim?”, “Quem eu sou?”, “Onde estou?” e “Pra onde vou?”. A opção por mapas mentais justifica-se pelo fato de ser uma forma de linguagem repleta de signos e construções sociais e que são capazes de refletir o espaço vivido (KOZEL et al , 2007).

## **4. RESULTADOS PRELIMINARES**

De acordo com a coleta parcial de dados, realizada através da aplicação de questionário para seis (06) mulheres encarceradas, realizada no período de outubro de 2015 a março de 2016, buscou-se descobrir informações pessoais, como idade, raça, nacionalidade e naturalidade, local de domicílio antes do cárcere, estado civil e religião antes e durante o cárcere. Posteriormente, essas informações serão agregadas a dados adicionais que darão origem ao perfil socioeconômico desta população. Os dados coletados que se referem à idade são apresentados no gráfico 1:

Gráfico 1: Idade das mulheres encarceradas



Fonte: ALVES, 2016.

Os dados do gráfico 1 revelam que 83% das mulheres da amostra são jovens, com idades entre 25 e 30 anos.

Todas as entrevistadas são brasileiras, porém diferem quanto à naturalidade, sendo que 83% são originárias do estado de Rondônia e apenas 17% é natural do estado do Amazonas.

Apesar da predominância de mulheres encarceradas que são rondonienses, apenas metade das entrevistadas residiam em Porto Velho, município onde localiza-se e Penitenciária Feminina do Estado de Rondônia. A outra metade residia em outros municípios do estado. Atualmente, esta parcela encontra-se encarcerada e distante dos familiares que permaneceram no município de origem, o que dificulta a comunicação e a realização de visitas. Outro fator que deve ser observado é que, em função da distância geográfica entre encarceradas e familiares, a assistência em forma de entrega do “jumbo”<sup>6</sup>, que corresponde ao pacote em saco transparente que geralmente contém alimentos, roupas e material de higiene, torna-se inviável ou pouco frequente. Estes são um dos principais problemas vivenciados pelas mulheres que estão encarceradas em Porto Velho, que são originárias de outros municípios. Estas mulheres tornam-se dependentes da rede de solidariedade que é tecida entre as presas. Em algumas entrevistas foi relatado a formação de laços de cooperação entre colegas de cela e

<sup>6</sup> Materiais de uso diário (alimentos, roupas, material de higiene) acomodados em sacos transparentes que são entregues semanalmente pelos familiares e destinados às mulheres presas.

também entre familiares de colegas que passam a fornecer, quando possível, roupas, produtos de higiene e alimentos para quem está distante da família.

Durante a pesquisa, as mulheres encarceradas, colaboradoras relataram que, quando há impossibilidade (seja por motivos financeiros ou pela falta de compatibilidade entre colegas de cela) de receber ajuda da rede de solidariedade, existem outras formas de ter acesso aos produtos necessários ao dia a dia, como os produtos de higiene pessoal, alimentos e roupas. Em alguns casos, as presas que possuem habilidades com serviços manuais, realizam pequenos reparos em ventiladores, máquinas de lavar, fogareiros<sup>7</sup> e trocam esses serviços em produtos de higiene e alimentos ou, através desses serviços, conquistam a simpatia das demais colegas de cela e passam a integrar a rede de solidariedade. Outra possibilidade é tecer tapetes de barbante e entregar aos familiares das colegas para que estes vendam a produção e com o dinheiro recebido, comprem os produtos necessários, mas para essa última alternativa é necessário o mínimo de afinidade e de interesse por parte da colega de cela ou de seu familiar.

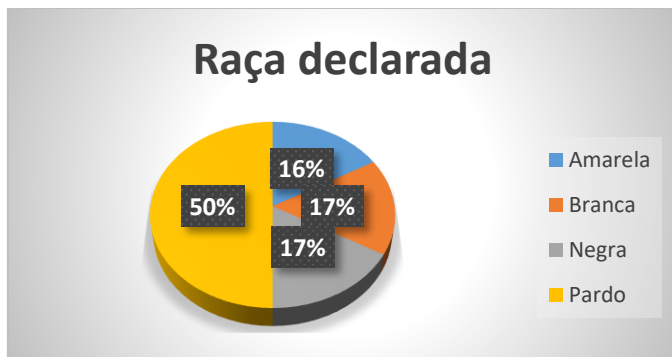
Existem famílias que apesar da distância geográfica e dos custos do envio das comparas por transportadoras ou taxistas, cumprem o ritual da entrega do “jumbo”. A pesquisa revelou que, devido aos custos de envio, há uma tendência de a entrega do “jumbo” não ser realizada semanalmente, nestes casos ocorre de forma quinzenal ou mensal.

Outro aspecto investigado foi sobre a raça e etnia das mulheres encarceradas. Os dados obtidos são apresentados no gráfico 2:

Gráfico 2: Raça e etnia das mulheres encarceradas

---

<sup>7</sup> Utensílio doméstico similar a um fogão. Na cadeia costuma ser feito de forma improvisada, utilizando botijas de gás e uma base metálica para o cozimento de alimentos.

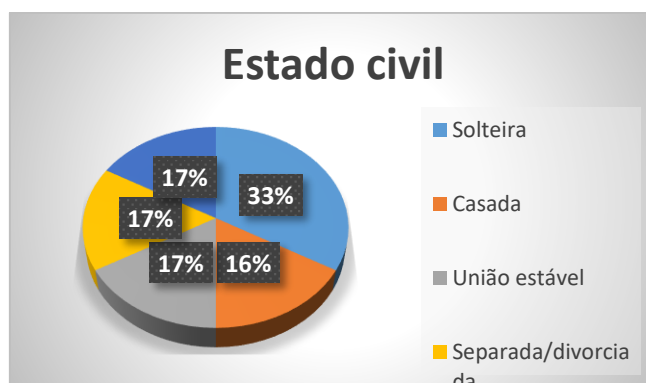


Fonte: ALVES, 2016.

Foi possível constatar a predominância de mulheres que se declararam como pardas resultado da miscigenação racial e cultural que é própria do estado de Rondônia. O preconceito contra pessoas de origem mestiça foi alvo de teorias do início do século XX, em que intelectuais brasileiros e europeus afirmavam que os cruzamentos raciais produziriam seres degenerados, física e mentalmente. A mestiçagem era vista como um indício de inferioridade da população brasileira e como o principal problema da nacionalidade (LIMA E SÁ, 2005). Ainda hoje vivenciamos os preconceitos fundamentados em teorias absurdas que relegam à condição de inferioridade àqueles de raça/etnia parda.

Os dados relativos ao estado civil das pesquisadas são apresentados no gráfico 3.

Gráfico 3: Estado civil das mulheres encarceradas



Fonte: ALVES, 2016.

Houve predominância de mulheres solteiras (33%), porém cabe uma reflexão sobre a ligação entre o estado civil e o papel como principal responsável pelo sustento



da família, pois o percentual de mulheres encarceradas que se declarou como separada (17%) ou viúva (17%) soma-se a parcela de solteiras na responsabilidade exclusiva do sustento familiar, representado a maioria da amostra pesquisada (67%), enquanto a soma de mulheres que podem contar com o marido ou companheiro(a) para dividir a responsabilidade para a manutenção das despesas familiares é minoria, representando a soma de 33%. Logo, estes dados estão em consonância com o perfil das mulheres encarceradas nacional (INFOPEN MULHERES, 2014).

Quanto à religião professada antes e durante o cárcere, a estadia na penitenciária, não causou nenhuma alteração, pois os dados obtidos revelam que apenas uma mulher pesquisada declarou ter mudado da doutrina católica para a doutrina evangélica durante a estadia no cárcere. Portanto, todas mantiveram a sua religião, cristã. A situação referente à religião atual das mulheres é apresentada no gráfico 4:

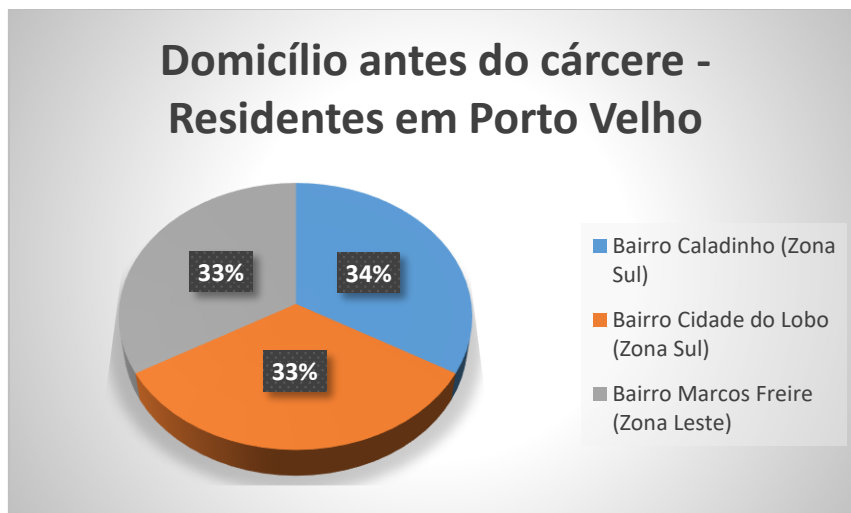
Gráfico 4: Religião atual das mulheres encarceradas



Fonte: ALVES, 2016.

Em relação ao local de domicílio antes do cárcere, se considerarmos as mulheres que residiam em Porto Velho, a incidência predomina na zona sul do município (67%), seguido do domicílio na zona leste (33%), como demonstra o gráfico 5:

Gráfico 5: Domicílio antes do cárcere



Fonte: ALVES, 2016.

Vale ressaltar que tanto a zona leste de Porto Velho quanto a zona sul são lugares conhecidos no município de Porto Velho devido ao alto índice de violência, sendo os moradores dessas localidades frequentemente discriminados e estigmatizados (MESTRE;LEITE, 2014).

O percentual de mulheres que residiam em outros municípios antes do cárcere corresponde à metade das mulheres pesquisadas.

Os dados pessoais obtidos irão compor o perfil socioeconômico das mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina de Rondônia, eles revelam uma mulher jovem, parda ou negra, solteira ou sem companheiro (separada ou viúva), originária de diversos municípios do Estado, mas com predominância para o município de Porto Velho, evangélica e dentre a metade que é originária de Porto Velho, com residência na zona sul. Os aspectos relacionados a faixa etária, raça/etnia, estado civil e domicílio apontam para a característica de interseccionalidades (NASCIMENTO SILVA, SILVA, 2014).

As entrevistas realizadas revelaram a incidência de outros integrantes da família em situação de cárcere. As relações vivenciadas neste espaço são marcadas por extremos como a violência e a cooperação, sendo que a violência nem sempre é percebida, pois está naturalizada, enquanto a cooperação é marcada por uma rede de relações estabelecidas por estas mulheres e seus familiares que permite a realização de atos simples e essenciais como a higiene pessoal, a alimentação e a realização de

trabalhos manuais. As perspectivas para vida de egressa são marcadas pelo desejo de autonomia social e financeira, representada pelo trabalho e estudo. As mulheres são sabedoras que o preconceito social que permeia a vida da egressa é o principal obstáculo a ser transposto, pois apesar da inoperância do sistema penal, para a sociedade brasileira, “bandido bom é bandido morto” (SILVA et al , 2008).

Quanto ao espaço ocupado por estas mulheres, é importante mencionar que, apesar da legislação brasileira afirmar que as mulheres devem cumprir pena em instituições prisionais diferentes dos homens, e que em casos em que estas ocupem o mesmo prédio, deve haver uma ala ou pavilhão específico para abrigá-las (SILVA ET AL, 2008), o que foi possível observar e posteriormente foi mencionado pelas entrevistadas é que a realidade vivenciada na PENFEM é bastante diferente do que preconiza a legislação, pois se trata de um espaço que foi “improvisado” para mulheres, uma vez que o prédio foi construído para ser uma penitenciária masculina, e quando os homens foram transferidos para o atual complexo prisional masculino, as mulheres passaram a ocupar este espaço que é reduzido e não foi adaptado para recebê-las.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução PENAL.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Editoras Vozes, 40ª Edição, 2012.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1997.

INFOPEN MULHERES. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. 2014.

KOZEL, Salette. SILVA, Josué da Costa. GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Da percepção e cognição a representação:** reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba NEER, 2007.

LIMA, Nísia Trindade. SÁ, Dominichi Miranda de. **Roquette-Pinto:** ciência e humanismo no Brasil do século XX. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005. Disponível em: < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1467.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MESTRE, Simone. LEITE, Taís. **Olha, é de menor:** A mídia na construção e difusão de estigmas sociais em torno dos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias em Porto Velho-RO. 2014. Disponível em: <[http://www.encontro2014.andhep.org.br/resources/anais/1/1397769299\\_ARQUIVO\\_Simone.pdf](http://www.encontro2014.andhep.org.br/resources/anais/1/1397769299_ARQUIVO_Simone.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. SILVA, Joseli Maria. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial.** Ponta Grossa, Todapalavra, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. (2004). **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Coleção Brasil Urgente.

SILVA, Fabiana Coelho da. AZEVEDO, Juliana de. ARAÚJO, Sueli. **O estigma da mulher egressa:** dificuldades de (re)inserção na sociedade e no mercado de trabalho. XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2008/anais/arquivosINIC/INIC1422\\_01\\_O.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosINIC/INIC1422_01_O.pdf)> . Acesso em: 05 abr. 2016.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia:** Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico, São Paulo: editora UNESP, 2003.